

# A COPA DE 2014 E OS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO: ESTRATÉGIAS GLOBAIS, MOBILIZAÇÕES LOCAIS

*THE 2014 WORLD CUP AND THE CONSTRUCTION WORKERS: GLOBAL  
STRATEGIES, LOCAL MOBILIZATIONS*

**Maurício Rombaldi<sup>1</sup>**

## **RESUMO**

O tema central deste artigo consiste na análise da ação sindical em meio a processos de globalização econômica. Em especial, trata-se de compreender como o processo desencadeado pela *Campanha Por Trabalho Decente Antes e Depois de 2014*, uma ação desenvolvida pela *Internacional dos Trabalhadores da Construção e da Madeira* (ICM) durante a Copa do Mundo no Brasil, impulsionou a internacionalização dos sindicatos da construção no país. Observa-se que a experiência da ICM na adoção de estratégias voltadas a megaeventos esportivos, a busca por negociações junto dos organizadores do campeonato e a falta de articulação nacional entre sindicatos brasileiros resultaram na predisposição destes à adesão na campanha internacional e ao estreitamento dos vínculos com a federação sindical internacional (FSI). Com esta experiência, uma inédita pauta nacional de negociações foi constituída entre os sindicatos brasileiros, o que interferiu nos desdobramentos das negociações regionais. Os resultados desta campanha evidenciam que as prioridades dadas às negociações de caráter local podem implicar não apenas em *freios* à internacionalização de práticas sindicais, mas, também, em *potencialidades*.

**Palavras-chave:** Internacionalização. Sindicatos. Construção. Megaeventos. Copa do mundo. Globalização.

## **ABSTRACT**

The central theme of this article is the analysis of trade union practices in the economic globalization processes. In particular, the author seeks to understand how the process triggered by the *Campaign for Decent Work Towards and Beyond 2014*, an action developed by Building and Wood Workers International (BWI) during the World Cup in Brazil, pushed the internationalization of construction unions in the country. The experience of BWI in adopting strategies aimed at large-scale sporting events, bargaining with the World Cup organizers and the lack of national coordination among Brazilian unions resulted in the predisposition to participate in the international campaign and strengthen ties with the Global Union federation (GUF). An unprecedented national agenda of negotiations was set up by Brazilian unions and interfered in the developments of locally established bargaining. The results of this campaign make evident that the trade union priorities towards local negotiations can implicate not only as a brake on international practices, but, also, as potentialities.

**Keywords:** Internationalization. Trade unions. Construction. Sporting events. World cup. Globalization.

---

<sup>1</sup> Professor colaborador credenciado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS), onde realiza pós-doutorado. É doutor e mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: [mauricio.rombaldi@gmail.com](mailto:mauricio.rombaldi@gmail.com)

## 1. INTRODUÇÃO

Em 2007, a FIFA designou oficialmente o Brasil como o país-sede da Copa do Mundo de 2014, colocando o setor da construção<sup>2</sup> em evidência. Para a execução de projetos relacionados aos preparativos da Copa, os gastos foram estimados em dezenas de bilhões de reais para obras em portos, aeroportos, projetos de mobilidade urbana, bem como para a construção ou reforma de estádios. As contradições provenientes da equação entre investimentos públicos, lucros privados e condições de trabalho mostraram-se semelhantes às verificadas na experiência da Copa de 2010, realizada na África do Sul. Em função disso, assim como no continente africano, os preparativos para os jogos no Brasil foram objeto de estratégias sindicais inovadoras no sentido de promover a articulação entre organizações sindicais nacionais e internacionais.

O tema central deste artigo consiste na análise da ação sindical em meio a processos de globalização econômica. Em especial, trata-se do desenvolvimento de práticas sindicais internacionais no setor da construção condicionadas por estratégias orientadas à promoção de boas condições de trabalho nos preparativos de megaeventos como a Copa de 2014. Com isto, a presente análise visa compreender como o processo desencadeado pela *Campanha Por Trabalho Decente Antes e Depois de 2014*, uma ação desenvolvida pela federação sindical internacional (FSI) *Internacional dos Trabalhadores da Construção e da Madeira* (ICM), impulsionou a internacionalização dos sindicatos de trabalhadores da construção no Brasil, por meio da articulação internacional de pautas e estratégias e do estabelecimento de vínculos institucionais.

De modo geral, observa-se que a experiência prévia da ICM na adoção de estratégias voltadas a megaeventos esportivos, a busca por negociações junto dos organizadores da Copa – interlocutores não tradicionais do movimento sindical – e a falta de articulação nacional entre sindicatos brasileiros resultaram na predisposição destes à adesão na campanha internacional e ao estreitamento dos vínculos com a FSI. Em termos específicos, o ingresso dos sindicatos na campanha implicou que uma agenda internacional orientada a megaeventos esportivos fosse adotada no Brasil. Com isso, sob a mediação de uma organização estrangeira, uma inédita pauta nacional de negociações foi constituída de forma consensual entre os sindicatos brasileiros e interferiu nos desdobramentos das negociações estabelecidas localmente. Os resultados desta experiência, no entanto, mostram-se desafiados pela possibilidade de não se tornarem duradouros.

Para o estudo, entrevistaram-se dirigentes sindicais de 10 cidades-sede da Copa de 2014, e coletaram-se documentos de campanha, pautas de negociação, acordos coletivos assinados regionalmente e dados secundários disponíveis na internet sobre os impactos da estratégia sindical na imprensa nacional.

---

<sup>2</sup>O setor da construção é aqui considerado de forma geral, e não com base nas divisões de categorias *construção civil* e *pesada*, relativas aos trabalhadores em edificações e em infraestrutura, respectivamente. Esta distinção não se fez útil à análise, seja porque o estudo considera ambos os sindicatos, seja porque, em termos legais, há questionamentos sobre as bases de representação, o que leva a casos em que sindicatos da construção civil representam obras que estariam, em tese, vinculadas à construção pesada.

## 2. INTERNACIONALIZAÇÃO SINDICAL NO BRASIL E OS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

As análises sociológicas debruçadas sobre as transformações no mundo do trabalho têm apontado para a emergência de desafios para a organização dos trabalhadores nacionalmente estabelecidos. De um lado, relações produtivas foram se alterando ao longo do tempo, assim como se modificaram as características dos trabalhadores e a forma como eles se relacionam com as atividades desempenhadas. De outro, a institucionalização dos sindicatos tem uma raiz moderna – caracterizada por grandes contingentes de trabalhadores concentrados em empresas nacionalmente estruturadas – que passa a ter a sua capacidade de organização e de mobilização posta em xeque em diversas categorias profissionais. Nesse contexto, estratégias sindicais de articulação de agendas e ações no ambiente internacional surgem como alternativas à superação de impasses organizativos.

Sobre os aspectos contemporâneos do trabalho, Castel (1998) observa que mesmo que ele seja entendido como um suporte privilegiado para a inscrição dos sujeitos na estrutura social, passa a ser marcado por situações de vulnerabilidade experimentadas por trabalhadores cada vez mais individualizados. Para o autor, o afastamento de grupos sociais decorrente de processos da superproteção estatal e da competição em um mercado de trabalho mais dinâmico dificultam as possibilidades para a construção de laços de solidariedade. A esse respeito, Beaud e Pialoux (2009) observam a despolitização na esfera do trabalho como consequência do ambiente de mudanças produtivas. Segundo eles, contratos temporários ou diplomas escolares capazes de gerar expectativas de ascensão social implicam desapego em relação ao trabalho, frustrações quanto à projeção de carreiras profissionais ou obstáculos à construção de símbolos em comum. Isso resultaria no estabelecimento de diferenças geracionais entre as lideranças formadas em um período de *estabilidade* no trabalho e os jovens trabalhadores e acarretaria tanto crise de discursos e estratégias de militância, quanto um movimento de refluxo no engajamento político sindical.

Com relação às dificuldades encontradas pelas organizações em um contexto de transformações na organização do trabalho, Rodrigues (1999) realiza um importante estudo, cuja extensa análise de dados indica a queda da capacidade de mobilização e de organização dos sindicatos no nível global. Se, para o autor, esses dados permitiriam afirmar que as organizações sindicais não conseguiriam se adaptar à contemporaneidade, por outro lado, experiências sindicais nacionais e internacionais têm oferecido indícios de vigor em termos de capacidade de mobilização e organização de trabalhadores.

A esse respeito, o setor da construção brasileiro tem se destacado por uma série de conflitos trabalhistas, especialmente no período de concomitância entre a instauração do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)<sup>3</sup> e os preparativos da realização da Copa do Mundo de futebol no país. De acordo com relatório do DIEESE<sup>4</sup>, apenas em 2012, um ano após o início das obras nos estádios que seriam utilizados para

---

<sup>3</sup> O PAC corresponde a um conjunto de políticas que visa a acelerar o crescimento econômico do país. Ele corresponde a um programa de desenvolvimento lançado em 2007, durante o governo Lula, e teve como foco prioritário a realização de obras em infraestrutura.

<sup>4</sup> Relatório do DIEESE “Balanço de greves em 2012”, de maio de 2013. Documento disponível em <http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf>, acessado em 16/07/2015.

a Copa do Mundo, 19% das greves realizadas no setor privado em todo o país eclodiram no setor da construção. No mesmo sentido, uma pesquisa encomendada pela Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada (FENATRACOP)<sup>5</sup> estimou que 501 mil trabalhadores da construção civil, pesada e de montagem industrial, teriam participado de greves neste mesmo ano. Tais dados evidenciam, sobretudo, a capacidade de mobilização de trabalhadores concentrados nos canteiros de obras do país.

Ainda assim, a emergência de tais conflitos esteve relacionada a dificuldades organizativas enfrentadas por sindicatos brasileiros. Paralisações como as ocorridas em 2011 nas usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no estado de Rondônia, foram marcadas não apenas pela participação de cerca de trinta e oito mil trabalhadores, mas, também, por uma desconexão entre as cúpulas sindicais e os trabalhadores representados, o que fez com que os sindicatos fossem surpreendidos (VERAS, 2014).

Da mesma forma, verificou-se a ocorrência de paralisações *wildcats* em obras dos estádios do Mundial de Futebol, a exemplo das que irromperam entre agosto e setembro de 2011, no Maracanã, e em março de 2012, na Arena da Amazônia. Tais paralisações tiveram como característica a articulação entre trabalhadores e seus representantes sindicais somente após o início dos conflitos. No caso do estádio carioca, a primeira paralisação iniciou após um acidente de trabalho e, a segunda, em função da acusação de fornecimento de comida estragada por parte do consórcio liderado pela empresa Odebrecht. Em Manaus, ela foi motivada por denúncias de assédio moral praticado por funcionários vinculados à Andrade Gutierrez. Em todos esses casos, a chegada dos sindicatos<sup>6</sup> para a organização das mobilizações, a ampliação das pautas de reivindicação e o avanço das negociações ocorreram após o surgimento de eventos não previstos por eles.

Por outro lado, o advento dos preparativos da Copa de 2014 trouxe novidades em termos de pautas sindicais e de estratégias no setor de construção no país. Sobretudo, em função de uma campanha sindical iniciada no exterior por uma FSI, junto a organizações brasileiras. Nesse contexto, as ações em torno de megaeventos esportivos inauguraram um panorama organizativo internacionalizado até então desconhecido neste setor econômico. Considerando-se tal cenário, algumas indagações norteiam a análise deste artigo. A internacionalização sindical seria uma alternativa concreta ante os desafios impostos pelo capitalismo transformado? Quais os obstáculos para a internacionalização dos sindicatos nacionalmente estabelecidos? Em que medida iniciativas internacionais como a Campanha por Trabalho Decente influenciariam nas práticas locais desenvolvidas por sindicatos brasileiros do setor da construção?

Para responder a tais indagações, é necessário observar, inicialmente, que a aposta no ineditismo da organização de trabalhadores de diferentes países deve ser evitada, na medida em que a articulação desses agentes não constitui um fenômeno restrito à contemporaneidade – vide a organização das internacionais comunistas nos séculos XIX e XX, por exemplo. Além disso, uma revisão da literatura sobre o sindicalismo brasileiro e a sua relação com as transformações econômicas permite

---

<sup>5</sup> Relatório da FENATRACOP "Avaliação de greves no sector da construção em 2012". Disponível em <http://www.fenatracop.com.br/index.php/informativo-aos-filiados/17-avaliacao-das-greves-de-2012/download> acessado em 16/07/2015.

<sup>6</sup> No Rio de Janeiro, trata-se do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada (SITRAICP/RJ). Em Manaus, refere-se ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada do Amazonas (SINTRAPAV/AM).

considerar que, de modo geral, os estudos têm enfatizado majoritariamente as formas assumidas pela organização sindical em termos de pautas de ação e estratégias de negociação orientadas ao âmbito nacional.

Tais análises costumam enfatizar as negociações por melhorias salariais, as condições de trabalho ou as tentativas sindicais de influenciar na definição de políticas públicas. Elas tratam, antes, das implicações da transnacionalização econômica para a ação local dos sindicatos do que da emergência de configurações sindicais articuladas rumo ao/no exterior. Estas perspectivas podem ser explicadas pela dificuldade encontrada pelas organizações sindicais de estabelecer políticas internacionais sistemáticas, em função da priorização de ações de caráter nacional, ou mesmo de um senso de desorientação com relação ao entendimento sobre o seu papel ou o tipo de estratégias que devem ser adotadas frente às novas características da organização do trabalho e dos trabalhadores (COSTA, 2005; MUNK, 1999; BELUSSI e GARIBALDO, 2000).

A crescente presença de Empresas Transnacionais<sup>7</sup> (ETNs) na economia mundial nas últimas décadas<sup>8</sup> tem representado um contexto desafiador aos sindicatos e se mostrado um dos principais propulsores da redefinição de ações direcionadas tradicionalmente ao plano nacional. A esse respeito, diversos estudos já passam a identificar casos de diferentes setores que, expostos à competição internacional, influenciaram sindicatos a se voltarem, mesmo que em diferentes ritmos, para a busca de alternativas em novos espaços de ação (KEIDA, 2006; CASTREE, 2000; COLLOMBAT, 2007; GRAY, 2009; EVANS, 2010).

Em relação às corporações transnacionais, Evans (2010) as considera possibilidades estruturais, mapas corporativos que poderiam servir à facilitação de campanhas globais. No mesmo sentido, Keida (2006) observa que o desenvolvimento de estratégias sindicais internacionais está altamente correlacionado à exposição dos setores econômicos a processos de globalização. Ainda assim, segundo ele, não seria possível sustentar a ideia de um vínculo direto e unívoco entre transformações econômicas e emergência destas estratégias, já que se constatam situações em que elas também se estabelecem em contextos de baixa exposição. As práticas internacionais, desta forma, são melhor explicadas por meio de dinâmicas intra-organizacionais, observáveis por meio de variáveis, tais como ideologia e tamanho do sindicato, o que implica diferentes níveis de abertura ou restrição ao desenvolvimento de práticas rumo ao exterior.

Entre os obstáculos à ampliação da abrangência das ações sindicais estariam os seus vínculos a lógicas e estruturas nacionais, bem como a inexistência de interlocutores de governança internacionais. De um lado, Waterman (2002) observa que os discursos e as estratégias sindicais se caracterizam por ainda se encontrarem enraizados nacionalmente, o que acarreta uma barreira às atividades entre organizações

---

<sup>7</sup> Ainda que o conceito de corporações multinacionais pareça apropriado, pois uma mesma empresa está presente em diversos países, o termo versaria apenas sobre parte de suas características. Por um lado, tais empresas podem ter uma marcante identidade nacional vinculada ao país de origem (já que, entre outros fatores, podem ter o início do seu desenvolvimento fortemente relacionado ao apoio estatal) ou, então, ter o poder de gestão extremamente concentrado nas matrizes comumente estabelecidas no país de origem. Por esta razão, ainda que a bibliografia sobre o tema das corporações internacionais utilize com frequência a menção a multinacionais, se buscará, aqui, empregar o mesmo conceito utilizado por organismos como a UNCTAD e a OIT: o de empresas transnacionais.

<sup>8</sup> Segundo dados da UNCTAD, o mundo conta com cerca de 79.000 empresas transnacionais que mantêm aproximadamente 790.000 filiais espalhadas ao redor do planeta (UNCTAD, 2008).

de distintos países. De outro, estaria a quase inexistência de instituições políticas voltadas à mediação dos conflitos provenientes da relação capital/trabalho em níveis globais, à semelhança do papel do Estado nacional – com exceção das tentativas propostas pelo sistema tripartite oferecido pela OIT. Conforme observa Tilly (1995), se o Estado pode ser encarado como um instrumento político útil aos sindicatos por garantir direitos e, com isto, compensar o poder do capital, a ausência de um aparato estatal na arena global apontaria para dificuldades no estabelecimento de negociações internacionais bem sucedidas.

As práticas sindicais internacionais podem ser identificadas por meio do relacionamento bilateral estabelecido diretamente entre sindicatos de diferentes países ou por meio das ações desenvolvidas por organizações sindicais globais junto dos seus filiados. Elas correspondem, sobretudo, a ações direcionadas a ETNs e organismos multilaterais ou a campanhas diversas relativas a temáticas como igualdade de gênero, imigrantes, *trabalho decente* e, nos últimos anos, megaeventos esportivos.

A participação dos sindicatos em atividades promovidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>9</sup>, em negociações sobre as definições dos mecanismos multilaterais de governança – tal o caso do Mercosul<sup>10</sup> –, ou, até mesmo, na criação de institutos de cooperação internacional<sup>11</sup>, tem demonstrado uma inclinação à internacionalização de suas práticas. Este movimento, no entanto, não é homogêneo, mas se desenvolve em diferentes ritmos e trajetórias. Rombaldi (2012) aponta para o caso da internacionalização das práticas sindicais do setor metalúrgico e de telecomunicações, em que variáveis como a filiação a diferentes centrais sindicais, as experiências de intercâmbio e as características setoriais foram significativas para a predisposição à adoção de estratégias que ampliassem o escopo nacional.

Na última década, as campanhas sindicais internacionais direcionadas à promoção de melhores condições de trabalho, do fortalecimento sindical e do estabelecimento de acordos junto a ETNs têm aumentado consideravelmente<sup>12</sup>. O Brasil vem ganhando protagonismo no mapa de tais estratégias, não apenas por contar com a presença de uma série de empresas envolvidas na pauta sindical internacional – como no caso das ações direcionadas a empresas como *Walmart*, *Prosegur* e *Arauco*<sup>13</sup> – mas, também, por sediar grandes eventos esportivos, tais como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

---

<sup>9</sup> Como exemplo, ver o caso das Conferências da OIT sobre Trabalho Decente ocorridas em 2012 ou os mais diversos fóruns e grupos tripartites sobre relações de trabalho promovidos em conjunto com centrais sindicais brasileiras.

<sup>10</sup> Com relação à participação sindical nos debates do Mercosul, ver o caso do Grupo de Trabalho-10 e a as propostas das comissões sindicais metalúrgicas para temas comerciais e produtivos, como a da Tarifa Externa Comum, de 1994.

<sup>11</sup> Vide a criação do Instituto de Cooperação Internacional da CUT, criado no 11º CONCUR, em 2012. Tal organismo visa, entre outras coisas, a inverter a lógica da cooperação internacional e solidariedade sindical estabelecida de fora para dentro do país. Ver referência à criação do instituto no site acessado em 09/09/2013 <http://www.cut.org.br/destaques/22842/cut-cria-seu-instituto-de-cooperacao>.

<sup>12</sup> Desde os anos 2000, de modo geral, as federações sindicais internacionais estabeleceram a quase totalidade de seus acordos internacionais junto a ETNs. As exceções residem nos acordos estabelecidos junto a empresas como as alemãs, assinados antes disso devido às particularidades das relações sindicais destes casos.

<sup>13</sup> Walmart, Prosegur e Arauco correspondem aos setores do comércio, segurança e florestal, respectivamente. Enquanto que as duas primeiras são objetos de campanhas promovidas pela UNI Sindicato Global, a última é tratada pela Internacional dos Trabalhadores da Construção e Madeira (ICM).

Esses megaeventos esportivos constituem oportunidades à ampliação de estratégias sindicais, por apresentarem características como o envolvimento de grande quantidade de trabalhadores nos preparativos dos jogos, a necessidade de intermediação na negociação junto a entidades não tradicionais aos sindicatos locais – tais como os comitês organizadores nacionais e internacionais –, a conveniência do acúmulo de uma *expertise* sindical que sirva de apoio às organizações sociais estabelecidas no país-sede e, por fim, a possibilidade de promover a articulação entre agendas nacionais e internacionais tendo em vista o fortalecimento do elo entre os diferentes níveis de organização de trabalhadores.

Com a organização dos mundiais de futebol, a FIFA se tornou um veículo voltado à penetração capitalista nas economias nacionais, por meio da abertura de mercados para patrocinadores, passando inclusive a exercer funções semelhantes às de uma ETN<sup>14</sup>. A influência da FIFA, no entanto, vai muito além da organização dos jogos. Ela estabelece uma série de imposições aos países-sede das Copas, como exigências de implantação de infraestrutura e de estabelecimento de garantias legais para a proteção de patrocinadores – por meio de zonas comerciais e isenções fiscais, por exemplo – sem que haja explícita menção à proteção social dos trabalhadores envolvidos nos preparativos dos jogos (MCKINLEY, 2011).

Os megaeventos esportivos revelaram novas formas assumidas pela dinâmica capitalista e, em decorrência disso, organizações sindicais globais passaram a buscar alternativas organizativas. Alguns casos de iniciativas sindicais internacionais relativas aos megaeventos podem ser apontados. A campanha *Play Fair*<sup>15</sup>, por exemplo, resultou de uma articulação internacional composta por organizações sindicais internacionais e ONG's parceiras que visavam unificar ações direcionadas a grandes eventos esportivos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Composta pela Confederação Sindical Internacional (CSI), pelas federações sindicais internacionais *Industrial* – que representa, entre outros, os trabalhadores têxteis–, pela ICM e pela ONG *Clean Clothes Campaign*, esta campanha esteve voltada à promoção de boas condições de trabalho na produção têxtil.

Em especial, essa iniciativa buscou estabelecer critérios sociais mínimos relativos às condições a que os trabalhadores envolvidos nos preparativos dos jogos devem ser submetidos. A campanha esteve direcionada às Olimpíadas de 2012 em Londres e obteve resultados bastante positivos. Entre eles, destaca-se a realização de um acordo entre sindicatos ingleses e o comitê organizador dos jogos, a influência nos procedimentos de contratação de empresas terceirizadas – por meio da implementação de um código sobre terceirização que abrangia direitos humanos internacionalmente reconhecidos –, bem como a realização de denúncias sobre condições sociais experimentadas pelos trabalhadores chineses que confeccionavam mascotes e sobre as auditorias sociais consideradas fraudulentas e ineficazes<sup>16</sup>.

Outro caso que se destaca diz respeito aos preparativos para a Copa de 2010 na

---

<sup>14</sup> Um dos argumentos no sentido de que a FIFA é uma ETN é tratado por McKinley (2011), segundo o qual a *International Sports and Leisure* (ISL) foi uma empresa de *marketing* esportivo estabelecida de forma umbilical à federação de futebol. A ISL é peça chave na relação estabelecida junto às grandes empresas patrocinadoras e de comunicações. Além disto, recebeu os *naming rights* da Copa do Mundo e passou a ter um papel comercial central na definição de contratos relacionados aos jogos

<sup>15</sup> A campanha *Jogue Limpo*, em livre tradução.

<sup>16</sup> Informações obtidas no acordo entre o Comitê Organizador Local dos Jogos de Londres e a *Trade Union Congress / Play Fair* de fevereiro de 2012, e os relatórios produzidos pela CSI *Toying With Workers Rights* e *Rio 2016: The Social Performance of Event Organisers and Key corporations*.

África do Sul, quando a ICM teve a sua primeira experiência na organização de campanhas para assegurar boas condições de trabalho durante os preparativos dos mundiais de futebol. Intitulada *Campaign for Decent Work Towards and Beyond 2010*<sup>17</sup>, ela mediu o relacionamento entre sindicatos nacionais com diferentes posicionamentos políticos, fomentou pesquisas, reuniões de negociação e realizou *lobby* junto à FIFA. Em especial, a ICM realizou reuniões em Zurique, contando com a presença de sindicalistas sul-africanos, da Confederação Sindical Internacional (CSI) e dos representantes da FIFA, como o presidente Joseph Blatter e o secretário geral, Jérôme Valcke. Além de tratarem de questões levantadas pelos trabalhadores junto ao governo sul africano e o Comitê Organizador Local dos jogos, a FIFA concordou em incluir sindicatos nas visitas de inspeção nas obras da Copa. Entre os resultados da campanha também se destaca a inclusão dos sindicatos locais nas inspeções nos estádios, o aumento de 39% dos índices de sindicalização no setor entre 2006 e 2009 e a conquista de um reajuste salarial de 12%, após a realização de uma greve nacional, em julho de 2009<sup>18</sup>. Em todos os casos, nas campanhas desenvolvidas em Londres ou na África do Sul, as agendas e estratégias sindicais nacionais deram mostras da busca de novos ares, provenientes de uma brisa internacional.

### 3. A CAMPANHA POR TRABALHO DECENTE ANTES E DEPOIS DE 2014

Os preparativos para a Copa de 2014 no Brasil e a expectativa de geração de empregos estão umbilicalmente articulados aos grandes investimentos em obras de infraestrutura. Segundo informações do relatório do Ministério do Esporte<sup>19</sup> de 2010, era esperado que o impacto econômico da Copa criasse cerca de 330 mil postos de trabalho permanentes entre os anos de 2009 e 2014, e outros 380 mil empregos temporários apenas em 2014. No caso do setor da construção, isto esteve relacionado ao planejamento de obras em doze aeroportos, seis portos e outros quarenta e quatro projetos de mobilidade<sup>20</sup>. Além disso, foi realizada a construção ou a reforma de doze estádios<sup>21</sup>, que totalizaram investimentos calculados em R\$ 8,3 bilhões<sup>22</sup>. Até maio de 2012, no entanto, veículos de comunicação estimavam que apenas 25% dos projetos de transporte haviam concluído o processo de licitação<sup>23</sup> e 41% das obras para a Copa do Mundo ainda não haviam iniciado<sup>24</sup>. Este cenário, composto por uma grande quantidade de obras, por atrasos na sua execução e pela pressão para a sua conclusão dentro dos prazos estipulados pela FIFA, acabou se mostrando problemático para as condições de trabalho no setor.

<sup>17</sup> Campanha por Trabalho Decente Rumo a 2010 e Além, em livre tradução do título em inglês

<sup>18</sup> Informações obtidas do documento de avaliação de Campanha da ICM, de 2010.

<sup>19</sup> Dados obtidos no relatório do Ministério do Esporte de março de 2010 “Impactos Econômicos da Realização da Copa de 2014 no Brasil”.

<sup>20</sup> Dados obtidos no relatório do Ministério dos Esportes “Balanço final para as ações da Copa do Mundo Fifa Brasil 2014” de dezembro de 2014.

<sup>21</sup> Durante o período, de fato, 14 estádios foram construídos ou reformados. Além dos 12 planejados para o mundial de 2014, outros dois, de natureza privada, também passaram por obras. São eles a Arena Grêmio, em Porto Alegre, e a Arena Palmeiras, em São Paulo.

<sup>22</sup> Dados obtidos no relatório do Ministério dos Esportes “Balanço final para as ações da Copa do Mundo Fifa Brasil 2014” de dezembro de 2014.

<sup>23</sup> Informação acessada em 24/09/2013: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/1084662-copa-tem-so-25-de-obras-de-mobilidade-urbana-licitadas-diz-tcu.shtml>

<sup>24</sup> Informação acessada em 24/09/2013: <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/05/23/41-das-obras-da-copa-do-mundo-de-2014-ainda-nao-comecaram-segundo-governo-federal.htm>

Nos preparativos do evento brasileiro, as contradições provenientes da equação entre investimentos públicos, lucros privados e reduzidos legados sociais positivos se mostraram tão evidentes no país quanto na experiência da Copa de 2010 na África do Sul (ROMBALDI e COTTLE, 2013). Sob tal perspectiva e com experiências de campanhas sindicais prévias nos jogos da África do Sul e Londres, a ICM lançou a *Campanha Por Trabalho Decente Antes e Depois de 2014* nos dias 31 de março e 1º de abril de 2011, na cidade do Rio de Janeiro. Os organizadores da Copa – interlocutores não tradicionais do movimento sindical –, as experiências prévias da ICM em campanhas sindicais direcionadas a megaeventos esportivos e os holofotes gerados pelos jogos fizeram da campanha internacional um espaço atraente para a adesão das organizações sindicais brasileiras do setor da construção. Isso pode ser observado pelo expressivo crescimento de organizações brasileiras filiadas à ICM em razão da campanha. Enquanto que, em 2010, apenas cinco organizações sindicais eram filiadas, em dezembro de 2012, vinte e cinco entidades já estavam organicamente vinculadas à federação internacional.

No Brasil, a ICM foi a promotora e principal articuladora da ação junto a dezessete sindicatos, seis federações estaduais e duas confederações brasileiras.<sup>25</sup> A FSI foi a responsável por reunir organizações vinculadas a diversas orientações políticas, consolidar e distribuir informações relativas a greves e acordos localmente estabelecidos, produzir materiais de campanha, promover eventos nacionais e internacionais entre entidades sindicais, organizadores da Copa, representantes de governos e a OIT, bem como por buscar negociações com a FIFA, na Suíça. A ICM realizou acordos estratégicos com vários parceiros, tais como a CSI e a *Streetnet*<sup>26</sup>, na tentativa de elaborar um programa e um mecanismo nacional de ações. No entanto, as ações articuladas com representantes de outros setores foram escassas.

A configuração sindical brasileira no âmbito da construção se mostrava complexa. As organizações sindicais participantes da campanha, em sua maioria, representavam trabalhadores das cidades-sede<sup>27</sup> da Copa e estavam filiadas a quatro centrais sindicais distintas – Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT) e Nova Central Sindical. Além das divisões internas constatadas entre sindicatos das centrais, observou-se uma significativa desarticulação entre sindicatos e suas confederações. Até 2011, não havia experiência significativa de uma negociação nacional que visasse a temas como o acordo salarial unificado entre os distintos estados brasileiros, uma demanda recorrente entre as lideranças entrevistadas. Além disso, não se observaram campanhas sindicais nacionais regulares por parte das confederações durante os três anos da campanha internacional. Sendo assim, o espaço ocupado pela FSI na campanha serviu como ponto de intersecção entre os brasileiros. Nas palavras de um dirigente sindical, o espaço internacional havia se tornado um ambiente em que “se discutia apenas o que era

---

<sup>25</sup> Sindicatos participantes da Campanha: STICC-POA, SINTRACON-CTBA, SINTRAPAV-PR, SINDECREP-SP, Sindicato Solidariedade - São Caetano/SP, SINDPRESP-SP, SINTRAPAV-SP, SINDECREP-RJ, SITRAICP-RJ, SINTRACONST-ES, SITRAMONTI-MG, STICMB-DF, SINTRAICCCM-MT, SINTEPAV-BA, SINTEPAV-CE, STICONTEST-AM, SINTRACOM-SBC. Federações de nível estadual: FETICOM-SP, FETICOM RS, FETRACONSPAR, FETRACONMAG-ES, FETIEMT, FSCM-CUT. Federações nacionais e confederações: FENATRACOP, CONTICOM/CUT.

<sup>26</sup> A *Streetnet* é uma aliança de organizações de vendedores informais de diversos países, fundada em 2002, na África do Sul e atua na promoção dos direitos destes trabalhadores.

<sup>27</sup> A estratégia da ICM teve como eixo inicial a busca pela articulação entre sindicatos das cidades-sede. No entanto, no decorrer da campanha, sindicatos de outras regiões juntaram-se às ações propostas.

possível para se chegar a um consenso (...) as diferenças inegociáveis eram colocadas de lado”.

Até o lançamento da campanha, o relacionamento entre os sindicatos brasileiros da construção e a ICM era exíguo. Se em 2014 a federação internacional contava com vinte e cinco organizações sindicais brasileiras filiadas a ela, em 2011 havia apenas cinco<sup>28</sup>. A entrada de um grande contingente de sindicatos em uma ação pioneira implicou a decisão de estabelecer um comitê gestor da campanha com oito organizações<sup>29</sup>, que, mais adiante, dado o interesse de participação, foi ampliado, a fim de permitir que todos os sindicatos compusessem um fórum mais amplo. Nesse espaço, eles passaram a consolidar e revisar os planos estratégicos da campanha.

Para manter o modelo de campanha desenvolvido na África do Sul, a ICM e os sindicatos brasileiros também desenvolveram uma plataforma de ações que teve como resultado uma manifesto, o qual representou um primeiro consenso sobre as demandas para o setor da construção no país. De tal esforço resultou a posterior elaboração de uma pauta nacional unificada, um documento inédito na união de demandas entre os sindicatos da construção do país. Nele, os brasileiros propunham um acordo nacional com pisos salariais unificados, benefícios sociais e garantias de organização por local de trabalho, entre outros pontos<sup>30</sup>.

No entanto, as novidades no *modus operandi* sindical não estiveram restritas ao estabelecimento de um documento consensual. As atividades de campanha convocadas pela ICM nas cidades-sede da Copa eram estabelecidas a partir de uma lógica incomum entre sindicatos separados em diferentes centrais sindicais. Contando com todas as organizações participantes da campanha, de modo geral, as ações eram organizadas pelo sindicato anfitrião, que promovia visitas ao estádio da cidade, reuniões com governantes, organizadores locais da Copa, imprensa e outros organismos. Outro fato que merece destaque diz respeito à construção da pauta unificada. No dia 18 de novembro de 2011, enquanto as organizações brasileiras participantes da campanha estiveram reunidas em São Paulo para os encaminhamentos relativos ao documento, representantes da ICM se reuniam com a FIFA em Zurique, na Suíça, para propor uma agenda comum relativa a temas como as condições de trabalho nas obras e as greves no Brasil. Imediatamente após o encontro na Europa, o secretário geral da ICM se juntou aos que se reuniam na capital paulistana via teleconferência, a fim de trocarem informações sobre ambas as reuniões.

No dia 6 de março de 2012, a pauta foi apresentada à Confederação Nacional da Indústria (CNI) em Brasília e, embora não tenha sido concretizada em um acordo nacional, segundo as lideranças entrevistadas, influenciou na definição das pautas de negociações das diversas regiões do país. Para os sindicalistas, a pauta unificada não estipulava apenas uma lista referencial de demandas, mas servia como suporte às reivindicações que seriam estabelecidas localmente. Os pontos convergentes com as negociações de caráter nacional justificavam as reivindicações locais.

Assim como no panorama mais amplo do setor da construção, o período de negociações compreendido entre 2011 e 2014 foi marcado por intensos conflitos nas obras nos estádios em

---

<sup>28</sup> CONTICOM, FETICOM-SP, FETICOM-RS, SINDPRESF e Sindicato Solidariedade-São Caetano/SP.

<sup>29</sup> CONTICOM, FENATRACOP, SITRAICP-RJ, SINTRAPAV-PR, FETRACONMAG-ES, SINTEPAV-BA, FETICOM-SP e Sindicato Solidariedade-São Caetano/SP.

<sup>30</sup> Conforme documento original da Pauta Nacional Unificada.

construção ou reforma<sup>31</sup>. Nesse período, identificou-se a realização de 28 greves, a maior parte delas nos dois primeiros anos (Quadro 1). A principal explicação para isso decorre da redução do contingente de trabalhadores demandados para as obras no segundo biênio, seja porque parte dos estádios já estava finalizada em junho de 2013<sup>32</sup>, seja porque os inconclusos se encaminhavam para as fases finais dos projetos, quando existe menor necessidade de mão-de-obra.

Quadro 1: Greves nos Estádios, período 2011 - 2014

ANO	Greves	Estádios
2011	12	Castelão (1), Arena Pernambuco (3), Fonte Nova (1), Maracanã (2), Mineirão (2), Arena Grêmio (2), Mané Garrincha (1).
2012	11	Arena Amazônia (1), Castelão (2), Arena Dunas (3), Arena Pernambuco (2), Fonte Nova (2), Arena Grêmio (1)
2013	3	Arena Amazônia (1), Maracanã (1), Arena da Baixada (1)
2014	2	Arena da Baixada (1), Beira-Rio (1)
Total	28	

Fonte: Elaboração própria

Apesar da referência proporcionada pela pauta nacional, as diferentes mobilizações nos estádios não estiveram coordenadas entre si. Segundo relatório elaborado pelo DIEESE<sup>33</sup>, pouco mais da metade das paralisações esteve relacionada às condições de trabalho vigentes ou ao descumprimento de direitos estabelecidos em acordos ou na legislação. Esta característica das greves se relaciona, em grande medida, com os diversos casos em que os conflitos eclodiram sem o planejamento prévio dos sindicatos. Este foi o caso de paralisações iniciadas em função de más condições de trabalho, motivadas pelo oferecimento de alimentos estragados (Maracanã), acidentes de trabalho (Maracanã/Arena Amazônia), más condições de higiene nos vestiários e pagamento de horas extras (Mineirão), ou falta de vestimentas adequadas para o trabalho (Arena Grêmio). Além disso, e não menos representativa das condições de trabalho experimentadas nos preparativos do mundial de futebol, sublinha-se a ocorrência de nove acidentes fatais na Arena Pantanal, Arena Corinthians, Arena Grêmio, Mineirão, Estádio Mané Garrincha e Arena Amazônia.

Segundo o relatório do DIEESE, as greves que propuseram novas conquistas ou a ampliação das já asseguradas estiveram ligadas, principalmente, à introdução, manutenção ou melhoria do auxílio alimentação, à contratação de planos de assistência médica e à exigência de reajuste salarial. A respeito de tais reivindicações, a campanha oferecia um senso de unidade. Além de demandar isonomia de salários e direitos entre as diferentes regiões do país, em março de 2012, pouco antes da entrega na pauta nacional na CNI, o discurso de uma possível greve geral no setor da construção repercutiu amplamente na imprensa nacional.

Mesmo que um acordo nacional não tenha sido alcançado, observa-se que as negociações realizadas pelos sindicatos da construção nas 12 cidades-sede durante os

<sup>31</sup> Os estádios Arena Grêmio, em Porto Alegre, e Arena Palmeiras, em São Paulo, não participaram dos jogos da Copa, mas também são considerados, aqui, em função de que tiveram suas obras simultâneas às dos outros estádios, bem como foram projetados e tiveram empréstimos para a construção viabilizado dentro de um pacote de investimentos recebidos para as obras do mundial de futebol.

<sup>32</sup> Além da Arena Grêmio, inaugurada no final de 2012, seis estádios estavam finalizados até o mês de junho de 2013 para a Copa das Confederações. São eles: Maracanã, Fonte Nova, Arena Pernambuco, Castelão, Mineirão e Mané Garrincha.

<sup>33</sup> Dados obtidos no relatório do DIEESE “Balanço da Campanha por Trabalho Decente Antes e Depois de 2014”, de 2014.

preparativos da Copa foram bem sucedidas. Conforme apontam os dados do sistema de acompanhamento de salários do DIEESE<sup>34</sup> (Tabela 1) entre os anos de 2009 e 2013, todos os acordos tiveram pisos salariais reajustados em valores superiores ao da inflação medida pelo INPC-IBGE<sup>35</sup> e ao reajuste do salário mínimo nacional.

Tabela 1 - Aumento real médio dos pisos salariais nas obras da Copa e aumento real do salário mínimo oficial - comparação com o INPC-IBGE 2009-2013

Especificação	2010	2011	2012	2013
Obras da Copa	5,95%	6,70%	7,41%	6,53%
Salário mínimo	6,02%	0,37%	7,59%	2,64%

Fonte: DIEESE.

Conforme o estudo, além do piso, os demais salários de trabalhadores envolvidos nas obras dos estádios foram reajustados acima da inflação. O aumento real dos salários acima do piso foi superior aos aumentos reais médios registrados pelo SAS-DIEESE para todas as categorias profissionais e para as categorias do setor de construção e mobiliário no país. Mesmo que tenham existido variações nos reajustes salariais nas diferentes obras, as conquistas incluíram itens diversos, como aumentos no auxílio-alimentação, no valor pago por hora extra, no vale transporte, no seguro de saúde, nos bônus mensais e na participação nos lucros e resultados. Com isto, pode-se afirmar que, em geral, as mobilizações foram bem sucedidas porque permitiram não apenas a melhoria nos salários, mas a melhoria das condições de trabalho.

Neste sentido, conforme indicado anteriormente, ainda que parte das mobilizações tenha surpreendido algumas organizações sindicais, o desenvolvimento das negociações mostrou que os sindicatos estiveram engajados na consolidação de ganhos significativos. Neste sentido, a despeito das contradições relativas à realização da edição da Copa do Mundo no Brasil, observa-se que as negociações trabalhistas e as mobilizações nos canteiros de obra da Copa obtiveram resultados positivos. Sobre as negociações internacionais estabelecidas pela iniciativa internacional, apesar dos esforços em dialogar com a FIFA, até a conclusão da campanha, em abril de 2014, não foram alcançados acordos como o esboçado na experiência sul-africana sobre a inclusão dos sindicatos brasileiros nas inspeções dos estádios. Do mesmo modo, passado mais de um ano da realização da Copa, nenhuma negociação que visasse a um acordo nacional para regulamentar pisos salariais e outras demandas presentes na pauta unificada foi efetivamente estabelecida. Se a pauta nacional pode ser considerada um eixo fundamental da campanha, não há indícios de que a unidade constituída em torno dela tenha se mantido.

Diante dos aspectos analisados, tem-se que o legado social da campanha apresenta uma coexistência de resultados efêmeros com outros duradouros. De um lado, a iniciativa teve influência na coesão temporária dos sindicatos brasileiros polarizados na esfera política: a reunião ao redor de uma agenda comum resultou em uma pauta consensual de demandas e em uma negociação nacional que influenciou diversos acordos locais. Por outro lado, esta unidade transitória foi acompanhada de um processo de internacionalização perdurável, observado por meio de um expressivo aumento na formalização de filiações à ICM e de um acúmulo de experiências de campanhas em megaeventos pela federação internacional.

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos preparativos para as Olimpíadas de Londres e para a Copa de 2010 na África do Sul, as agendas e as estratégias sindicais nacionais respiraram novos ares, provenientes de uma brisa internacional. Da mesma forma, com a Campanha por Trabalho Decente Antes e Depois de 2014, os sindicatos brasileiros passaram a se inserir no ambiente internacional por meio uma estratégia externa, direcionada à promoção de boas condições de trabalho em megaeventos. No plano local, a implementação da campanha visou à constituição de mecanismos de participação que promoveram a superação de clivagens políticas existentes entre sindicatos brasileiros e, com isso, viabilizaram a elaboração de uma pauta nacional unificada inédita para os padrões sindicais no setor da construção. No plano internacional, a campanha impulsionou a negociação com interlocutores não tradicionais dos sindicatos – como a FIFA e os comitês organizadores locais –, o fortalecimento dos vínculos institucionais com a ICM, o crescimento expressivo do número de organizações brasileiras filiadas à federação internacional e um considerável acúmulo de experiências em campanhas internacionais direcionadas a megaeventos esportivos.

Isso posto, tem-se que estudos posteriores poderão indicar se as organizações sindicais internacionais, assim como a ICM, encontrarão novas oportunidades para a integração entre ações globais e locais, a exemplo do que ocorreu em relação aos megaeventos esportivos no Brasil, na África do Sul e em Londres. Também poderão avaliar em que medida as organizações brasileiras do setor da construção conseguirão exercer o vínculo estabelecido com a FSI a partir da campanha por trabalho decente.

Os resultados sindicais da campanha por trabalho decente nos permitem encarar o futuro da internacionalização sindical em termos mais amplos, sob a perspectiva dos seus limites e possibilidades. A este respeito, Costa (2005) propõe que, entre os obstáculos existentes à internacionalização das organizações sindicais nacionais, estaria o fato de elas priorizarem as políticas de âmbito local – dado que é neste nível que estão situados os regimes jurídicos, as negociações salariais e a determinação das condições de trabalho –, bem como a escassez de instituições de governança global capazes de defender os interesses dos trabalhadores e seus sindicatos locais. No entanto, ainda que se concorde, aqui, com a proposição do autor sobre os freios à internacionalização, a campanha sindical apresentada neste estudo indica que a adoção de uma agenda internacional no nível local e o crescimento das filiações à ICM se mostrou viável apenas porque as estratégias internacionais estiveram direcionadas às prioridades dos sindicatos no âmbito nacional – elencadas, sobretudo, na pauta unificada. Assim como Evans (2014: 272), portanto, sublinha-se que certas variáveis políticas nacionais podem ser redesenhadas no sentido de ajustá-las a campanhas globais. Quanto à escassez de instituições de governança global aptas a defender os interesses dos trabalhadores, observa-se que as FSIs – com suas campanhas e acordos internacionais junto a ETNs – não deixam de apresentar potencialidades para a atuação como organismos de regulação das relações de trabalho no ambiente internacional. Para tanto, estas organizações sindicais globais estão desafiadas a se adaptarem à metamorfose das necessidades locais dos sindicatos.

## REFERÊNCIAS

BELUSSI, Fiorenza; GARIBALDO, Francesco. Variety of Patterns of the Post-Fordist Economy: Why are the 'Old Times' still with us and the 'New Times' yet to come? In: GRINT, Keith (Ed.). **Work and Society: a Reader**. Cambridge, Polity Press, 2000.

CASTREE, Noel. Geographic Scale and Grass-Roots Internationalism: the Liverpool dock dispute, 1995-1998. **Economic Geography**, v. 76, n. 3, July, 2000, pp. 272 – 292.

COLLOMBAT, Thomas. The international labour movement in the Americas: a research agenda. In: **Just Labour: A Canadian Journal of Work and Society** – v. 11 – Outono de 2007.

COSTA, Hermes A. O Sindicalismo, a política Internacional e a CUT. **Revista Lua Nova** n. 64, 2005.

COSTA, Luciano Rodrigues. **Trabalhadores em construção: mercado de trabalho, redes sociais e qualificações na construção civil**. Curitiba: Ed. CRV, 2013.

EVANS, Peter. **National Labor Movements and Transnational Connections: Global Labor's Evolving Architecture Under Neoliberalism**. IRLE Working Paper n. 116-14, 2014.

\_\_\_\_\_. Is it Labour Turn to Globalize? Twenty-first Century Opportunities and Strategic Responses. **Global Labour Journal**, v. 1, Berkeley, 2010.

GRAY, Chad W. **Metalúrgicos sem fronteiras: building a global union at Gerdau**. Tese de Doutorado, Cornell University, agosto de 2009.

KEIDA, Mark S. **Globalizing Solidarity: explaining differences in U.S. Labor Union Transnationalism**. Dissertation, Miami University, Oxford, OH, 2006.

MCKINLEY, Dale T. Fifa Sports-Accumulation Complex. In: COTTLE, Eddie (Org.) **South Africa's World Cup: A Legacy for Whom?** pp. 13-39. University KwaZulu Natal Press, 2011.

MUNK, Ronaldo. Labour dilemmas and labour futures. In: **Labour worldwide in the era of globalization: alternative union models in the new world order**. London, International Political Economy Series, 1999.

RODRIGUES, Leôncio M. **O Destino do Sindicalismo**. São Paulo, Edusp, 1999.

ROMBALDI, Mauricio & COTTLE, Eddie. Les leçons de la Coupe du monde de foot de la FIFA en Afrique du Sud, le Brésil et l'héritage des syndicats. **Col. CETIM**. La Coupe est pleine! Les désastres économiques et soci aux des grands événements sportifs. v. 38 1ed. Geneve, 2013.

ROMBALDI, Maurício. **Internacionalização do sindicalismo no Brasil: um estudo sobre os setores metalúrgico e de telecomunicações**. Tese (Doutorado), São Paulo, USP, 2012.

TILLY, Charles. Globalization Threatens Labor's Rights. **International Labor and Working Class History**, 47: 1-23, 1995.

UNCTAD. **World Investment Report 2008**: Transnational Corporations and the Infrastructure Challenge, 2008.

VÉRAS, Roberto. Brasil em obras, peões em luta, sindicatos surpreendidos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.103, pp. 111-136, maio de 2014.

Recebido em novembro de 2014

Aprovado em dezembro de 201